



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS TERCEIROS
SARGENTOS DO QPPM, PARA O ANO DE 2010, PROVA II.**

EAP/ 2010 – 3º SGT QPPM – PROVA II

(Edital DRH/CRS nº 07/2010, de 30 de junho de 2010)

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Verifique se a prova é a correspondente ao seu quadro.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, assinada e conferida.

1ª QUESTÃO – No que tange à participação do escrivão no Inquérito Policial Militar, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () O Subtenente poderá atuar como escrivão de Inquérito Policial Militar quando o indiciado for oficial.
- B. () O escrivão não presta o compromisso legal de manter o sigilo do inquérito.
- C. () O Sargento jamais poderá atuar como escrivão de Inquérito Policial Militar.
- D. () A designação de escrivão para o Inquérito Policial Militar caberá ao respectivo encarregado, caso não tenha sido feita pela autoridade militar que lhe deu delegação para aquele fim.

2ª QUESTÃO – Com relação ao Inquérito Policial Militar, nos termos do Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () O encarregado do Inquérito deve garantir ao indiciado a ampla defesa e o contraditório.
- B. () No caso de infração penal que não atente contra a segurança nacional, será encarregado do Inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de 1º Tenente.
- C. () Não se admite em sede de Inquérito Policial Militar, em nenhuma hipótese, a reprodução simulada dos fatos.
- D. () As testemunhas e o indiciado, exceto no caso de urgência inadiável, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as sete e às dezoito horas.

3ª QUESTÃO – Com relação aos prazos para término do Inquérito Policial Militar, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () No caso de indiciado solto, desde que haja necessidade de diligências indispensáveis à elucidação do fato, o prazo poderá ser prorrogado por mais quarenta dias.
- B. () Se o indiciado estiver preso, o Inquérito deverá terminar dentro de dez dias, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- C. () O Inquérito deverá terminar dentro de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que for instaurado.
- D. () O pedido de prorrogação de prazo, pelo encarregado do Inquérito, poderá ser feito mesmo após o prazo regular do Inquérito já ter se expirado.

4ª QUESTÃO – Com relação à ação penal militar, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria.
- B. () Apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal no caso de não haver indícios suficientes de autoria.

- C. () A ação penal, no processo penal militar, é sempre privada e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar.
- D. () Indícios de autoria e prova de fato que, em tese, constituam crime, não são suficientes para que o Ministério Público apresente denúncia contra alguém.

5ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei n. 4.898/65, que trata dos casos de abuso de autoridade, nos termos de seu artigo 3º, constitui-se em abuso de autoridade qualquer ato atentatório:

- A. () Ao direito de informação.
- B. () Ao sigilo de correspondência.
- C. () À liberdade de locomoção.
- D. () Ao direito de herança.

6ª QUESTÃO – No que concerne à Lei n. 4.898/65, que trata dos casos de abuso de autoridade, é CORRETO afirmar que:

- A. () A perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos, prevista na lei, é uma modalidade de sanção administrativa.
- B. () A advertência é prevista na lei como sendo uma modalidade de sanção penal.
- C. () A demissão é prevista na lei como sendo uma modalidade de sanção civil.
- D. () O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal.

7ª QUESTÃO – No que concerne à Lei n. 4.898/65, que trata dos casos de abuso de autoridade, é CORRETO afirmar que:

- A. () Ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais, não se constitui em abuso de autoridade.
- B. () Considera-se autoridade, para os efeitos da lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- C. () O Ministério Público não tem competência legal para atuar nos casos de abuso de autoridade.
- D. () O processo administrativo de apuração da denúncia de abuso de autoridade poderá ser sobrestado com a finalidade de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

8ª QUESTÃO – Com relação à Lei n. 9.455/97, que trata dos crimes de tortura, é CORRETO afirmar que:

- A. () Somente o agente público pode cometer crime de tortura.

- B. () Constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- C. () A condenação pelo crime de tortura acarretará em interdição do agente público para o exercício da função pelo dobro do prazo da pena aplicada, mas não acarreta a perda do cargo, função ou emprego público.
- D. () O condenado por crime de tortura, regra geral, iniciará o cumprimento da pena no regime semi-aberto.

9ª QUESTÃO – Com relação à Lei n. 9.455/97, que trata dos crimes de tortura, é CORRETO afirmar que:

- A. () O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- B. () O crime de tortura é inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia.
- C. () O crime de tortura é afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia.
- D. () O crime de tortura é afiançável e suscetível de graça ou anistia.

10ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 11.343/06 (lei antitóxica), no título que trata de usuários e dependentes de droga, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () O usuário de droga que se recusar, injustificadamente, a cumprir a pena estabelecida pelo Juiz poderá, de imediato, ter sua prisão decretada pela mencionada autoridade.
- B. () As penas previstas para quem é flagrado consumindo drogas ilícitas serão aplicadas pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.
- C. () Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização, poderá ser condenado a uma pena de prestação de serviços à comunidade.
- D. () Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz deverá levar em conta a natureza, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, mas não deverá levar em consideração a quantidade da substância apreendida.

11ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 11.343/06 (lei antitóxica), no capítulo que trata do procedimento penal, assinale a alternativa correta:

- A. () Quando ocorrer prisão em flagrante, o delegado de polícia deverá, imediatamente, comunicá-la ao Promotor de Justiça.
- B. () Ao usuário de drogas não se imporá a prisão em flagrante, todavia, este sempre deverá ser submetido a exame de corpo de delito antes de ser liberado.
- C. () Tratando-se da conduta prevista no art. 28 da lei (uso de droga), não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado de ocorrência.

- D. () O delegado de polícia, durante o inquérito policial, tem competência para autorizar a infiltração, por agentes de polícia, em tarefas de investigação para elucidar questões afetas a grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas.

12ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, o princípio básico que proporcionará a base para todas as decisões do policial militar, fazendo com que uma determinada situação não se apresente completamente nova é:

- A. () Preparação física.
B. () Preparação mental.
C. () Preparação jurídica.
D. () Preparação logística.

13ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, os diferentes níveis de alerta podem ser identificados através de conceitos (estados). Nesse sentido, o que representa o chamado “ESTADO DE PÂNICO”:

- A. () É quando o perigo se mantém por período prolongado, ou o policial enfrenta um perigo para o qual não está preparado.
B. () É quando o problema já existe e o policial está ciente de que um confronto é provável.
C. () É quando o policial está atento, precavido, mas tenso.
D. () É quando o policial está distraído, disperso, com o que está acontecendo ao seu redor.

14ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, durante o período em que o policial está patrulhando, em qual nível de preparação mental ele deve encontrar-se:

- A. () Estado de alarme.
B. () Estado de alerta.
C. () Estado relaxado.
D. () Estado de atenção.

15ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, um PONTO QUENTE é:

- A. () Uma ameaça clara e presente que deve ser imediatamente controlada.
B. () Uma área na qual a polícia detém o domínio total da situação.
C. () Uma ameaça controlada, que não precisa de pronta ação policial.
D. () Uma área na qual a polícia detém relativo domínio da situação.

16ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, enquanto, regra geral, um agressor cumpre três etapas para concretizar a agressão, o policial, necessariamente, deverá observar quatro etapas para responder à ameaça. As quatro etapas, pela ordem, são:

- A. () Decidir, identificar, certificar e agir
- B. () Identificar, decidir, certificar e agir
- C. () Certificar, identificar, decidir e agir
- D. () Identificar, certificar, decidir e agir

17ª QUESTÃO – Nos ditames do Manual de Prática Policial, volume 1, ao deslocar-se em situação de risco, o policial deve ter a arma pronta na mão e deve ainda:

- A. () Nunca por o dedo no gatilho, a menos que tenha a intenção de atirar.
- B. () Estando com a arma apontada para o suspeito, fechar um dos olhos para mirar, pois isso aumenta seu campo de visão.
- C. () Somente carregar a arma quando for necessário usá-la.
- D. () Apontar a arma sempre para a direção em que caminha, mesmo que não haja risco potencial ou real.

18ª QUESTÃO – Nos dizeres do Manual de Prática Policial, volume 1, quanto às posições de condução da arma, assinale a alternativa CORRETA:

- A. () A posição nº 2 é aplicável na ocasião em que o policial trabalha com a existência de risco real.
- B. () A posição nº 3 é utilizada para deslocamentos lentos e também para os rápidos, apenas com ligeiras restrições de mobilidade.
- C. () A posição nº 1 é a mais adequada para deslocamentos rápidos e abordagens simples.
- D. () A posição nº 3 admite duas variáveis, na medida em que permite que o policial empunhe a arma tanto na posição ostensiva quanto na posição velada.

19ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, uma boa alternativa de comunicação são os sinais de mão, que possibilitam uma comunicação eficiente entre a equipe, favorecendo a surpresa. Do exposto, pergunta-se: como é feito o sinal de mão que indica que o policial que sinaliza necessita de COBERTURA:

- A. () Com a mão fechada, erguida ao lado do corpo.
- B. () Com a mão estendida, dedos unidos, movimentando sobre a cabeça.
- C. () Com o punho fechado, movimentando-se para cima e para baixo.
- D. () Com a mão estendida, os dois dedos centrais recolhidos e apoiados pelo polegar e os dedos das extremidades estendidos.

20ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Prática Policial, volume 1, a lanterna continua sendo o recurso mais eficaz para as atuações em locais de baixa luminosidade, possuindo cinco utilidades:

- I – anunciar a presença do policial;
- II – iluminar o local a ser abordado;
- III – sinalização;
- IV – auxiliar na pontaria;
- V – como recurso de incapacitação temporária através do ofuscamento da visão do suspeito.

Estão CORRETAS as assertivas:

- A. () I, III, IV e V, somente.
- B. () II, III, IV e V, somente.
- C. () I, II, III e V, somente.
- D. () I, II e III, somente.

21ª QUESTÃO – Algemas são um importante equipamento à disposição do policial. Seu correto uso pode impedir uma agressão, salvaguardando a sua integridade e a do suspeito. De acordo com o Manual de Prática Policial, volume I, na decisão de algemar o policial deve levar em consideração:

- A. () Possibilidade de fuga.
- B. () Porte físico do abordado.
- C. () Local da abordagem.
- D. () Uso da força.

22ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Nos termos do artigo 5º, do Decreto n. 42.843/2002, a primeira recompensa, por ordem decrescente de importância, é:

- A. () A Medalha de Mérito Profissional.
- B. () A Medalha Alferes Tiradentes.
- C. () A Medalha de Mérito Militar.
- D. () O Elogio.

23ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O militar a quem é imputada a prática de transgressão disciplinar deverá ser notificado formalmente do dia, hora e local em que o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU) se reunirá para apreciar a documentação a seu respeito, sendo a sua notificação feita com uma antecedência mínima de:

- A. () Dois dias úteis.
- B. () Quarenta e oito horas.
- C. () Vinte e quatro horas.
- D. () Cinco dias úteis.

24ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Nos termos do artigo 35, § 5º, da Lei n. 14.310/2002, o prazo para conclusão do Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS) será de:

- A. () Trinta dias, prorrogável por mais vinte dias.
- B. () Trinta dias, prorrogável por mais dez dias.
- C. () Vinte dias, prorrogável por mais dez dias.
- D. () Quarenta dias, prorrogável por mais vinte dias.

25ª QUESTÃO – Depreende-se do artigo 87 da Lei n. 14.310/2002, que a não interposição de recurso disciplinar no momento oportuno implicará na:

- A. () Aceitação da sanção, que se tornará definitiva.
- B. () Renovação do prazo recursal por parte da Administração Pública Militar.
- C. () Imputação de nova transgressão disciplinar ao militar que apresentou o recurso disciplinar de maneira intempestiva.
- D. () Negativa por parte da Instituição Militar Estadual em receber o recurso disciplinar interposto fora do prazo.

26ª QUESTÃO – Enumere a 2ª coluna, ligando os tipos de sanção disciplinar a sua correspondente definição contida na 1ª coluna. A seguir, marque a alternativa que contém a seqüência CORRETA.

- | | |
|---------------------------------------|--|
| (1) Advertência | () Consiste em uma medida excepcional, de conveniência da administração, que culmina no afastamento do militar, de ofício, do serviço ativo da Corporação, quando contar pelo menos quinze anos de efetivo serviço. |
| (2) Repreensão | () Consiste no desligamento de militar da ativa dos quadros da IME. |
| (3) Prestação de Serviço | () Consiste em uma interrupção temporária do exercício de cargo, encargo ou função, não podendo exceder a dez dias. |
| (4) Suspensão | () Consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal. |
| (5) Reforma Disciplinar Compulsória | () Consiste em uma censura formal ao transgressor. |
| (6) Demissão | () Consiste em uma admoestação verbal ao transgressor. |

- A. () 5, 6, 4, 3, 1, 2.
- B. () 5, 6, 4, 3, 2, 1.
- C. () 6, 5, 4, 3, 2, 1.
- D. () 6, 5, 4, 3, 1, 2.

27ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. A demissão de militar da ativa com mais de três anos de efetivo serviço, que veio a praticar transgressão disciplinar que afetou a sua honra pessoal e decore da classe, será por meio de:

- A. () Processo Administrativo de Exoneração (PAE).
- B. () Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD).
- C. () Processo Administrativo-Disciplinar (PAD).
- D. () Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS).

28ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética: “O Asp PM João Correto, após concluir o Curso de Formação de Oficiais que fora realizado no Centro de Ensino e Graduação (município de Belo Horizonte / MG), foi classificado para a sede do 45º BPM (município de Paracatu / MG)”.

Com base no enunciado da questão e o que prescreve o artigo 112 e seus incisos, da Lei n. 5.301/1969, é CORRETO afirmar que o Asp PM João Correto faz jus a:

- A. () Dez dias de Trânsito e instalação.
- B. () Dezesesseis dias de trânsito e instalação.
- C. () Vinte e um dias de trânsito e instalação.
- D. () Vinte dias de trânsito e instalação.

29ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética: “O Asp PM José Afoito, após concluir o Curso de Formação de Oficiais (o curso teve a duração de três anos), apresentou o seu pedido de baixa do serviço junto a P/1 de sua Unidade”.

Considerando o enunciado da questão e o que prescreve o artigo 138, § 1º, da Lei n. 5.301/1969, é CORRETO afirmar que o Asp PM José Afoito não indenizará o Estado de Minas Gerais, isto referente a todas as despesas do curso, desde que, permaneça na Corporação, após o curso:

- A. () Durante cinco anos.
- B. () Durante três anos.
- C. () Durante dois anos.
- D. () Durante um ano.

30ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O artigo 4º da Lei 5.301/1969 estabelece que a carreira dos oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais é:

- A. () Privativa de brasileiros natos ou naturalizados.
- B. () Privativa de brasileiros naturalizados.
- C. () Privativa dos apátridas.

D. () Privativa de brasileiros natos.

31ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O artigo 109 da Lei n. 5.301/1969 estabelece que a dispensa de serviço por motivo de luto, oriundo de falecimento de pessoa da família, é de:

- A. () Nove dias.
- B. () Sete dias.
- C. () Oito dias.
- D. () Cinco dias.

32ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Depreende-se do artigo 35, parágrafo único, do Decreto n. 44.557/2007 (que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais) que a Comissão de Promoção de Praças é secretariada por:

- A. () Um Tenente ou Subtenente.
- B. () Um Capitão ou Tenente.
- C. () Um Major ou Capitão.
- D. () Um Subtenente ou Sargento.

33ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O caput do artigo 21 do Decreto 44.557/2007 descreve que a promoção por ato de bravura é decorrente da ação praticada pela praça, de maneira consciente e voluntária, com evidente risco à vida e da qual não se tenha beneficiado o agente ou pessoa de seu parentesco até:

- A. () 3º grau.
- B. () 2º grau.
- C. () 4º grau.
- D. () 1º grau.

34ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. No que tange a Promoção Post-Mortem, o artigo 24 do Decreto n. 44.557/2007 vem a detalhar que a praça que vier a falecer em virtude de acidente no serviço ou em consequência do desempenho de atividade policial militar ou bombeiro-militar poderá ser promovida à graduação imediata, mediante:

- A. () Proposta da CPP, homologada pelo Diretor de Recursos Humanos.
- B. () Proposta da CPP, homologada pelo Comandante-Geral.
- C. () Proposta do Diretor de Recursos Humanos, homologada pelo Comandante-Geral.
- D. () Proposta do Comandante-Geral, homologada pelo Governador do Estado.

35ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Tendo-se como referência a elaboração de uma Sindicância Regular, o artigo 4º da Instrução n. 01/2005 da CPM estabelece que o sindicato ou a parte interessada poderá suscitar o impedimento do sindicante:

- A. () Até o momento da oitiva de testemunhas.
- B. () Até o momento da defesa prévia.
- C. () Em qualquer fase do processo.
- D. () Até o momento da oitiva do sindicato.

36ª QUESTÃO – Dispõe o artigo 17, caput e § 1º, da Instrução n. 02/2009 da CPM que o Relatório de Investigação Preliminar (RIP) deverá ser concluído em:

- A. () 15 dias, podendo este prazo ser prorrogado por mais 10 dias.
- B. () 20 dias, podendo este prazo ser prorrogado por mais 10 dias.
- C. () 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado por mais 20 dias.
- D. () 40 dias, podendo este prazo ser prorrogado por mais 20 dias.

37ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. É exemplo de infração disciplinar de pequeno potencial ofensivo especificada no Memorando Circular n. 11.866.2/2002-EMPM:

- A. () Fumar em locais não apropriados.
- B. () Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- C. () Faltar ao serviço.
- D. () Dormir em serviço.

38ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética: “O policial militar que arranca peças de fardamento, suas insígnias e distintivos, demonstrando desprezo pelo que elas representam”, comete, em tese, o crime de:

- A. () Conspiração, artigo 152 do Código Penal Militar.
- B. () Excesso de exação, artigo 306 do Código Penal Militar.
- C. () Omissão de lealdade militar, artigo 151 do Código Penal Militar.
- D. () Despojamento desprezível, artigo 162 do Código Penal Militar.

39ª QUESTÃO – Considere a seguinte situação hipotética: “O policial militar que, retendo armas brancas, apreendidas em operações policiais, confiadas à sua guarda em razão da função que desempenhava, delas se apropria e as vende”, comete, em tese, o crime de:

- A. () Conspiração, artigo 152 do Código Penal Militar.
- B. () Violação de recato, artigo 229 do Código Penal Militar.
- C. () Participação ilícita, artigo 310 do Código Penal Militar.
- D. () Peculato, artigo 303 do Código Penal Militar.

40ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Nos termos do artigo 20 do Código de Processo Penal Militar, o Inquérito Policial Militar (IPM) envolvendo militar investigado preso tem o prazo regulamentar de:

- A. () Quarenta dias, prorrogáveis por mais vinte dias.
- B. () Vinte dias, prorrogáveis por mais dez dias.
- C. () Dez dias.
- D. () Vinte dias.

----- corte aqui-----

RASCUNHO – GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40